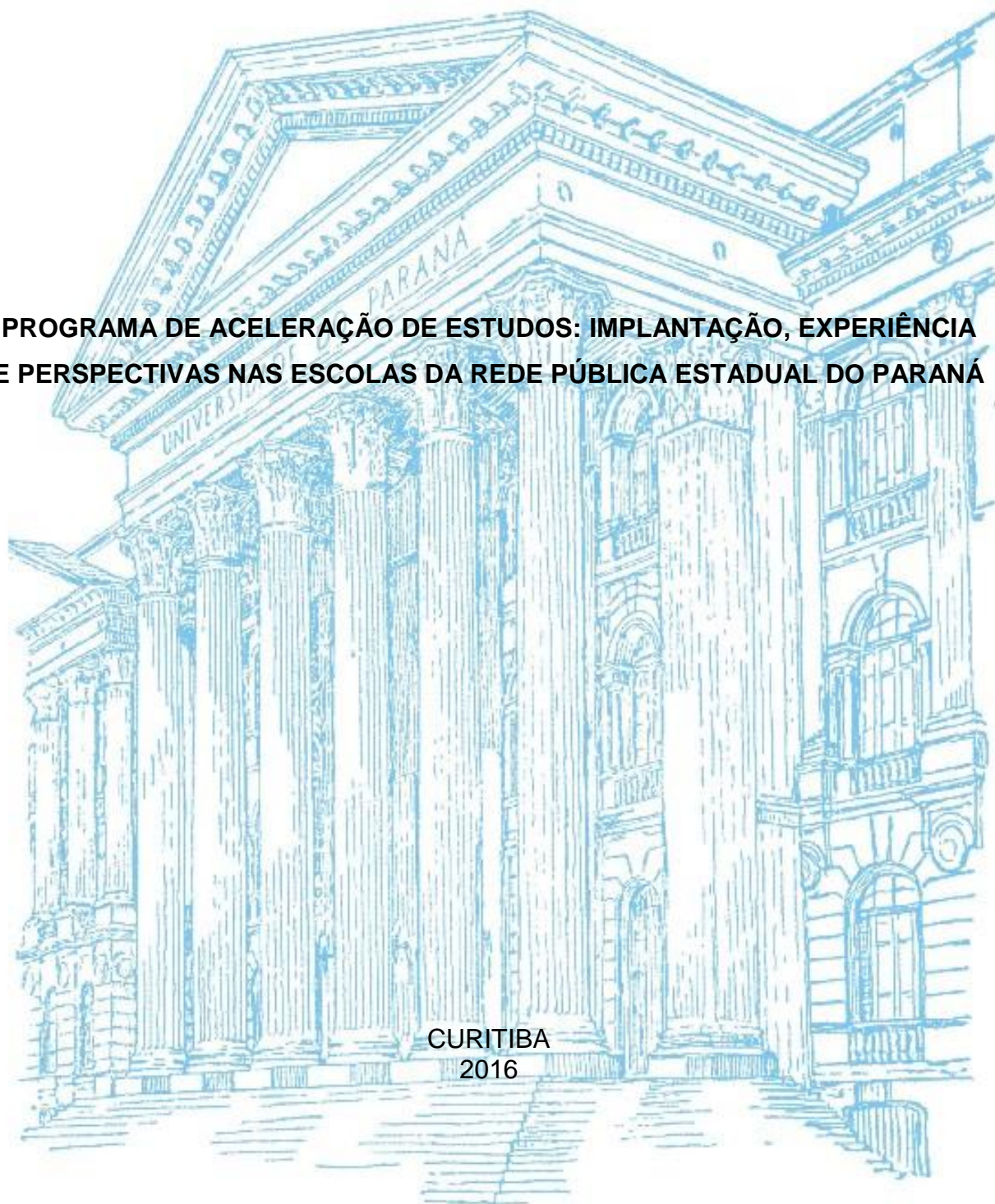


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - SETOR DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

SANDRA MARIA FERREIRA JEREMIAS

**PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DE ESTUDOS: IMPLANTAÇÃO, EXPERIÊNCIA
E PERSPECTIVAS NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO PARANÁ**



CURITIBA
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - SETOR DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

SANDRA MARIA FERREIRA JEREMIAS

**PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DE ESTUDOS: IMPLANTAÇÃO, EXPERIÊNCIA
E PERSPECTIVAS NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO PARANÁ**

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Ma Clarice Martins de Souza Batista

CURITIBA
2016

Programa de Aceleração de Estudos: Implantação, experiência e perspectivas nas escolas da Rede Pública Estadual do Paraná

Sandra Maria Ferreira Jeremias¹

RESUMO

Este artigo propõe expor as possibilidades de acertos e erros em relação a implantação do Programa de Aceleração de Estudos introduzido nas escolas da Estaduais do Paraná no ano de 2015, trata de uma Política Pública que visa o avanço do aluno que apresenta atraso escolar. A pesquisa foi desenvolvida com professores, alunos e pedagogos de três Escolas da Rede Pública Estadual. De acordo com a Secretaria de Educação, foi uma estratégia de enfrentamento de combate ao fracasso escolar em relação ao problema de distorção/idade/ano. O PAE é uma Política Pública destinada a um público diversificado de alunos que apresentam dificuldade acentuada de aprendizagem, histórico de repetência e evasão escolar. Tais alunos pertencem aos grupos socialmente desfavorecido em consequência da situação de desigualdade social e da controvérsia das Políticas Públicas. Neste ínterim o acesso a educação escolar é um dos meios que se pode reverter a situação de exclusão social se fazendo necessário repensar a educação atendendo as especificidades. O PAE oferta atendimento a alunos matriculados no 6º e 8º Ano do Ensino Fundamental tendo a possibilidade de avançar os estudos em até dois anos. O interesse pelo tema de pesquisa surgiu em virtude de a professora pesquisadora acompanhar uma turma de Aceleração de Estudos de 8º Ano do Ensino Fundamental como pedagoga e mediante os desafios deparados surgiu a necessidade da busca de soluções que fortalecesse a ação. No intuito de ampliar o debate e ter uma visão mais abrangente a pesquisa foi aplicada em três escolas, sendo que duas escolas pertencem a Núcleos Regionais diferentes. A análise de dados foi feita a partir da percepção dos professores e pedagogos que atenderam as turmas de Aceleração de Estudos, os quais foram protagonistas da ação. A pesquisa buscou retratar a visão dos educadores considerando os aspectos positivos e as dificuldades encontradas ao longo da implantação do programa. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa e os dados foram colhidos por meio de aplicação de questionários. De acordo com os resultados apresentados de modo geral o programa contribuiu para a reintegração dos alunos no percurso regular.

Palavras-Chave: Programa de Aceleração de Estudos, Possibilidades, Dificuldades.

¹ Artigo produzido pela aluna Sandra Maria Ferreira Jeremias do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da Professora Ma. Clarice Martins de Souza Batista - E-mail: Sandra_ctba-pr@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta a pesquisa sobre a implantação do Programa de Aceleração de Estudos tendo como base analisar a implantação do programa ofertado a turmas de 8º Ano do Ensino Fundamental .

O programa de Aceleração de Estudos (PAE) é um projeto piloto do Governo do Paraná, implantado no ano de 2015, regulamentado pela Instrução 014/2014 da Superintendência de Educação da Secretaria do Estado de Educação com o objetivo de orientar o trabalho em relação à Distorção/Idade/Ano dos alunos matriculados nas séries finais do Ensino Fundamental da rede pública estadual.

Esta pesquisa tem como foco analisar a viabilidade do programa a partir da visão de professores que atuaram nas turmas de Aceleração de Estudos durante o seu primeiro ano de implantação.

A proposta de abertura das turmas de Aceleração de Estudos se apresenta como um desafio, pois visa, sobretudo, alcançar resultados satisfatórios, proporcionando a adequação da idade/ano dos alunos inseridos nestas turmas. As orientações da Secretaria de Estado da Educação têm como foco a progressão nos estudos, “Ao término do ano letivo os alunos serão submetidos à reclassificação de acordo com a legislação vigente. Obtendo êxito na reclassificação o aluno poderá avançar até dois anos de estudo”. (SEED/SUED, 2014).

O sucesso da proposta depende do engajamento de todos os envolvidos no processo educativo, considerando que o público atendido apresenta bastante resistência à aprendizagem. São turmas compostas por jovens advindos de camadas sociais pobres, com baixíssima autoestima derivada do sentimento de exclusão social, pois os mesmos estão acima da idade escolar em relação ao ano cursado e trazem consigo histórico de dificuldade acentuada de aprendizagem. Dentre este público encontram-se jovens que vivem em situação de abandono por parte de familiares, morando normalmente com parentes próximos, sem os genitores, sendo assistidos por avós maternos ou paternos. Alguns destes jovens encontram-se em situação de risco e fazem uso contínuo de entorpecentes, o que reflete no interior da escola em baixo rendimento, situações indisciplinadas, faltas injustificadas e evasão escolar.

De acordo com os dados disponíveis no site do dia-a-dia-educação² o programa foi aplicado em mais de 200 Escolas Estaduais de 28 Núcleos Regionais de Educação, tendo quase seis mil alunos matriculados em 153 turmas que ofertam o 6º ano do Ensino Fundamental e 171 turmas que ofertam o 8º ano do Ensino Fundamental.

A pesquisa se estendeu a três escolas pertencentes a Núcleos Regionais diferentes no intuito de se ter uma visão mais abrangente de como se deu o processo de implantação do Programa de Aceleração de Estudos em diferentes contextos, possibilitando desta forma a ampliação do debate sobre o tema proposto. Duas das escolas pesquisadas pertencem ao Núcleo Regional de Curitiba e uma ao Núcleo Regional de Educação Área Metropolitana Sul, no município de São José dos Pinhais.

As três escolas ofertaram turmas de Aceleração de Estudos a alunos com problemas relacionados à distorção/idade/ano matriculados no 8º Ano do Ensino Fundamental.

Para levantar as informações utilizou-se como instrumento para a coleta de dados a aplicação de questionários, oportunizando aos sujeitos envolvidos a possibilidade de se posicionar em relação aos aspectos positivos e às principais dificuldades encontradas ao longo da implantação do Programa.

Os questionários foram aplicados a pedagogos e professores que acompanharam a turma de Aceleração de Estudos no ano de 2015 nas três escolas, sendo estendido também a uma profissional técnica pedagógica, que auxiliou na construção da Proposta Pedagógica Curricular junto à Secretaria de Educação do Estado do Paraná.

Analisando a viabilidade da implantação do Programa de Aceleração de Estudos oferecido pelo Governo do Estado do Paraná às escolas da Rede Pública Estadual e quais as perspectivas de se combater o fracasso escolar dos alunos que apresentam distorção idade/ano reintegrando-os ao percurso regular.

A pesquisa tem como objetivo verificar como ocorreu o processo de implantação do Programa de Aceleração de Estudos, avaliando os aspectos positivos e as dificuldades encontradas, pois trata-se de uma Política Pública

implantada recentemente com o objetivo de proporcionar a progressão dos alunos. De acordo com Parecer nº19/15, do Conselho Estadual da Educação, o Programa de Aceleração de Estudos terá continuidade por 5 anos, a partir do ano de 2016. (PARANÁ, 2015).

Acredita-se que será um trabalho que exigirá muito dos profissionais da educação, pois, normalmente, a escola está acostumada a lidar com uma clientela mais interessada na aprendizagem. Nas turmas de Aceleração de Estudos serão reunidos vários alunos com histórico de dificuldade acentuada de aprendizagem, com múltiplas repetências. Esta condição, aliada à falta de oportunidades de trabalho, provoca consequentemente baixa autoestima dos alunos, pois os jovens não têm estudo suficiente para adentrar no mercado de trabalho e se sentem excluídos socialmente, se tornando alvo de situação de risco e exposição à vulnerabilidade.

O acesso à educação escolar é um dos meios que pode reverter esta situação de exclusão social sendo necessário para isto repensar a educação atendendo suas especificidades e diante disso coube às escolas aceitar o desafio na busca ao combate ao fracasso escolar.

O Programa de Aceleração de Estudos foi uma das alternativas propostas pelo Governo do Estado do Paraná para o enfrentamento ao fracasso escolar.

Entretanto, todo programa novo passa por obstáculos na sua implementação e considerando-se que a implantação deste projeto foi realizada num prazo curto de tempo desde a comunicação até o início com as turmas, esta situação provocou, ao longo do ano, uma preocupação nos docentes em relação a quais conteúdos seriam pré-requisitos para se trabalhar pois, no programa, o aluno conclui o 8º e 9º anos do Ensino Fundamental em um único ano letivo. Por ser um tempo bastante curto, necessita ser pensado cuidadosamente, estabelecendo critérios para se trabalhar os conteúdos do ano de maneira a minimizar a defasagem de aprendizagem dos alunos.

Na ocasião da implantação do programa a Secretaria de Educação do Paraná deu a seguinte instrução:

O trabalho no período de implantação da proposta do programa de Aceleração de Estudos não requer um material didático-pedagógico para ser desenvolvido e executado nas turmas de aceleração, mas sim re-significar o uso do livro didático (PNLD) e de outros recursos disponíveis em cada

realidade escolar, a partir do encaminhamento metodológico utilizado e da intencionalidade do trabalho educativo do professor. (SEED/SUED/2014).

Neste ínterim, coube uma responsabilidade extra aos professores para a efetivação do Programa de Aceleração de Estudos, surgindo necessidade de assessoramento pedagógico, no sentido de vislumbrar as possibilidades de trabalho que iriam favorecer as intervenções pedagógicas adequadas e necessárias para a viabilidade do Programa.

No entanto, percebeu-se, ao longo da pesquisa, pouca disponibilidade de material de apoio, pois a Proposta Pedagógica Curricular que orienta o atendimento das Classes de Aceleração de Estudos foi construída durante o ano de sua implantação em 2015 e somente no ano seguinte, em 2016, o documento foi disponibilizado pela mantenedora no site dia a dia educação. (PARANÁ, 2016 A)

A pesquisa buscará conhecer como ocorreu o processo de implantação do Programa de Aceleração de Estudos, analisando os aspectos positivos as principais dificuldades encontradas na visão dos profissionais entrevistados das escolas pesquisadas. Além de verificar se se foi ofertado capacitação específica durante o ano letivo a estes profissionais que participaram do programa.

2. DESENVOLVIMENTO: dados e discussões

O Programa de Aceleração de Estudos é uma Política Pública que foi implantada no Estado do Paraná no ano de 2015, regulamentado pela Instrução 014/2014, da Superintendência de Educação (SUED) da Secretaria Estadual da Educação do Estado do Paraná (SEED) orientando o trabalho em relação ao problema da Distorção Idade/Ano, tendo como base a Lei das Diretrizes e Bases 9394/96 que no artigo 24, inciso V, que respalda legalmente a proposta pedagógica de Aceleração de Estudos ao estabelecer que um dos critérios da verificação do rendimento escolar seja a aceleração de estudos para alunos com atraso escolar. (BRASIL, 1996).

O problema da Distorção Idade/Ano é um assunto que traz preocupação não somente ao Estado do Paraná, mas ao país de modo geral, pois o torna menos

competitivo em relação a outros países ao apresentar índice de alunos em idade escolar fora da escola ou com atraso escolar visível.

Segundo dados do site do Universo Online³ (UOL) mais de 8,5 milhões de alunos brasileiros estão atrasados pelo menos dois anos na escola, estes dados são do Censo da Educação Básica 2013 e mostram que 6,1 milhões de estudantes do Ensino Fundamental e 2,4 milhões do Ensino Médio não estão no ano ideal. (UOL, 2013)

No Estado do Paraná, segundo dados contidos na Proposta Pedagógica Curricular, temos um total de 577.742 matrículas nos anos finais do Ensino Fundamental. Destas, apenas 79,6% se encontram em idade apropriada para o ano que estão cursando, o que representa 460.125 estudantes. Os outros 116.617 alunos estão em situação de distorção idade-ano, ou seja, 20,4% ultrapassado em dois anos ou mais, a idade regular prevista para o ano em que estão matriculados.

De acordo com dados do governo do Estado do Paraná a taxa de distorção idade/ano no estado, diminuiu progressivamente de 2010 para 2013, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio. (PARANÁ, 2015 A).

Quadro 1 – Taxa de distorção idade/ano

Anos	Ensino Fundamental	Ensino Médio
2010	23,8	26,5
2011	22,0	25,1
2012	21,8	24,8
2013	21,5	24,5

Fonte: Governo do Estado do Paraná (2015)

Para acompanhar a evolução do desempenho dos estudantes, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), em conjunto com Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), criou, em 1995, o Sistema de Avaliação da Educação Básica

(Saeb)⁴, composto por três avaliações externas em larga escala, a Avaliação Nacional da Educação Básica – Aneb, a Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – Anresc, também denominada de Prova Brasil. (INEP, 2016)

A Prova Brasil foi implantada em 2005 com o objetivo de avaliar, de forma censitária, a qualidade do ensino nas escolas públicas nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental.

Foi estabelecido ainda pelo MEC e INEP no ano de 2007 o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB como um indicador de dois conceitos: Fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Os índices apresentados pelas escolas ficam disponíveis via internet a qualquer pessoa que deseje acessá-los, demonstrando os resultados por escola, considerando o fluxo escolar e o desempenho propriamente dito nas avaliações.

Desta forma o programa do IDEB acabou tornando-se um instrumento importante de avaliação e é por meio de seus resultados que se tornou possível o levantamento dos dados relacionados ao fracasso escolar, pois o mesmo demonstra os resultados de aprovação, reprovações e abandono escolar.

De acordo com o IDEB os dados do aproveitamento escolar das escolas pesquisadas foram os seguintes:

Quadro 2 - IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica das Escolas pesquisadas

ESCOLA "A"					
Ensino Fundamental	2005	2007	2009	2011	2013
Nota IDEB	3,8	3,8	4,4	4,1	4,1
ESCOLA "B"					
2005	2007		2009	2011	2013
Nota IDEB	3,9	4,6	4,5	5,1	4,2
ESCOLA "C"					
Ensino Fundamental	2005	2007	2009	2011	2013
Nota IDEB	3,8	3,2	3,4	3,5	3,2

Fonte: Plano Estadual de Educação do Estado do Paraná (2015).

⁴ <http://portal.inep.gov.br/web/saeb/aneb-e-anresc>

O combate ao fracasso escolar já ocorre há muito tempo, de acordo com a Lei nº 12.796, sancionada pela presidenta da República em 4 de abril de 2013, que alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional que prediz que a Educação Básica obrigatória e gratuita deve contemplar crianças de 4 aos 17 anos de idade, assegurando inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. (BRASIL, 2013)

A partir de 2010 o Ensino Fundamental foi ofertado com a duração de 09 anos iniciando aos 6 anos de idade. Nesta perspectiva os alunos teriam condições de concluir o Ensino Fundamental dentro da idade/ano.

Entretanto os números têm mostrado que, apesar do desenvolvimento de algumas ações, o problema do fracasso escolar ainda não logrou êxito, tornando necessárias novas ações que venham corroborar com o enfrentamento do problema relacionado ao fracasso escolar.

Nesta perspectiva, uma das alternativas adotada pelo Governo do Estado do Paraná foi a criação do Programa de Aceleração de Estudos, o que na verdade não é uma proposta nova, pois em outros momentos foram apresentados programas similares, porém com propostas diferenciadas.

De acordo com o documento orientador da Proposta Pedagógica Curricular o Programa de Adequação Idade Série (PAI-S) conhecido comumente como Correção de Fluxo, foi criado pelo Conselho Estadual de Educação do Paraná, no ano 1996, através da Instrução nº 001/96.

O Programa PAI-S será desenvolvido através de grupos de estudos compostos por, no máximo, 25 alunos. O aluno que apresentava defasagem ingressava no grupo de estudo compatível com o ano que estivesse cursando. A promoção para o ano seguinte se dava desde que o aluno dominasse os conteúdos correspondentes ao ano cursado. O processo de avaliação era efetivado pelos professores regentes da turma e, ao final do processo, os professores elaboravam pareceres conclusivos, registrando a evolução do aluno ao longo do processo e indicando os resultados obtidos. (PARANÁ, 2016 B)

Ainda de acordo com o documento Orientador da Proposta Pedagógica Curricular no ano de 2012 houve a adoção de outro programa visando combater a situação de distorção idade-ano, conforme com a Instrução n.º 008/2012 SEED/SUED: o Plano Personalizado de Atendimento – PPA. No entanto, foram apontadas muitas limitações com relação à execução do Programa, de acordo com a Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED): a previsão de estudos independentes por parte dos alunos, a elaboração e produção de material didático pelos professores das turmas dos alunos envolvidos no programa durante os momentos de hora-atividade, os custos com impressão e encadernação do material elaborado ficavam a cargo dos estabelecimentos de ensino, a falta de preparação dos professores, as aulas preparatórias antes da aplicação das provas de reclassificação não eram inclusas na carga horária de trabalho do professor. Todos estes fatores contribuíram para a não efetivação do programa adotado.

Na proposta do Programa de Aceleração de Estudos, as turmas deverão ser compostas por, no mínimo 15 e o máximo de 20 alunos. A turma denominada “Turma I” é composta por alunos matriculados no 6º ano do Ensino Fundamental, com idade mínima de 13 anos e a “Turma II” para alunos matriculados no 8º ano do Ensino Fundamental, com idade mínima de 15 anos, ambos a serem completados até 31 de dezembro do ano corrente. A carga horária destinada às disciplinas que compõem a matriz curricular das turmas de aceleração é de 25 horas-aula semanais, distribuídas conforme Instrução Normativa. (SEED/SUED, 2012). Neste programa os alunos participantes das turmas de aceleração de estudos poderão, ao final do ano letivo, acelerar até dois anos de estudos, ou seja, os alunos do 6º ano do Ensino Fundamental poderão ser reclassificados para o 8º ano do Ensino Fundamental e os alunos do 8º ano do Ensino Fundamental poderão ser reclassificados o 1º ano do Ensino Médio. Caso os alunos não atinjam o objetivo proposto de aprendizagem os mesmos poderão ficar retidos no ano que estão cursando ou avançar para o ano subsequente, ou seja, os alunos da “Turma I” podem ser admitidos no 7º ano e os alunos da Turma II poderão ser inseridos no 9º Ano do Ensino Fundamental.

De acordo com a orientação contida na Proposta Pedagógica Curricular elaborada no ano de 2015, a proposta pedagógica parte dos objetos de estudos das

disciplinas curriculares e o currículo organizado em disciplinas deve dialogar numa perspectiva interdisciplinar tendo a contextualização social histórica como princípio integrador deste currículo. Segundo a proposta se pretende valorizar a disciplinaridade e promover coerência na seleção de conteúdos específicos atrelados com os fundamentos teórico-metodológicos e encaminhamentos presentes nas Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação Básica para a Rede Pública Estadual do Paraná – Diretrizes Curriculares Estaduais.

A construção do documento que orienta o Programa de Aceleração de Estudos está pautada nas Diretrizes Curriculares Estaduais e no Caderno de Expectativas de Aprendizagem e espera-se que a organização e seleção dos conteúdos apresentados para as turmas de aceleração de estudos proporcionem a compreensão da produção científica e a reflexão no contexto escolar.

Abaixo será apresentado o quadro que estava no documento orientador da Proposta Pedagógica Curricular, que tem como fonte as Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação Básica (2009) onde sugere a abordagem dos conteúdos do currículo de forma a nortear a ação pedagógica na intervenção com as turmas de Aceleração de Estudos.

Quadro 3- Conteúdos Curriculares do PAE

Disciplinas Curriculares	Campo Epistemológico
Arte.	O conhecimento estético e o conhecimento da produção artística.
Ciências	O conhecimento científico que resulta da investigação da Natureza e esta entendida como o conjunto de elementos integradores que constituem o universo em toda sua complexidade: tempo, espaço, matéria, movimento, força, campo, energia e vida.
Educação Física	A cultura corporal que se caracteriza pela reflexão crítica das inúmeras manifestações ou práticas corporais historicamente produzidas pela humanidade, contribuindo na formação de um ser humano crítico e reflexivo, reconhecendo-se como sujeito, que é produto, mas também agente histórico, político, social e cultural.
Ensino Religioso	O sagrado.
Geografia	O espaço geográfico
História	As ações e relações humanas no tempo
Língua Portuguesa; LEM Inglês	A língua: discurso como prática social
Matemática	Caracteriza-se como ciência de suporte para todas as outras ciências e áreas do conhecimento, evidenciando, assim, toda a sua complexidade – além de uma ciência pura e abstrata, também aplicada.

Fonte: Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação Básica (2009)

Em conformidade com o documento Orientador da Proposta Pedagógica Curricular (2016) para a efetivação do Programa de Aceleração de Estudos faz-se

necessário pensar no planejamento e organização do trabalho pedagógico, cabendo ao professor, periodicamente, elaborar o planejamento de sua disciplina trocando experiências com os demais docentes da escola, contando com o apoio técnico da equipe pedagógica, respeitando seus documentos orientadores, pensando na elaboração e reelaboração de aulas, pois o planejamento não pode ser algo engessado, mas flexível. Deve estar em consonância com o Projeto Político-Pedagógico (PPP) por meio da Proposta Pedagógica Curricular da escola expressando a forma como as concepções assumidas coletivamente serão efetivadas na prática pedagógica, por meio da seleção, ordenação e avaliação dos conteúdos de cada disciplina.

Neste íterim o Plano de Trabalho Docente (PTD) assume papel fundamental, uma vez que reflete a operacionalização da Proposta Pedagógica Curricular por meio da ação docente a qual deve convergir na concretização dos objetivos almejados na proposta. De acordo com as orientações contidas na Proposta Pedagógica Curricular de 2015, o Plano de Trabalho Docente (PTD) deve contemplar os seguintes pontos norteadores:

- a) A disciplina e o período de aplicação (bimestral, trimestral, entre outros, conforme organização da escola);
- b) Conteúdos: descrição dos conteúdos estruturantes, básicos e específicos selecionados para o trabalho no período de aplicação do PTD;
- c) Justificativa: motivos e razões pelos quais os conteúdos estão sendo contemplados durante o período de aplicação do PTD;
- d) Objetivo: são os resultados que se espera alcançar, a finalidade e a intencionalidade pedagógica (esse elemento está diretamente articulado aos critérios de avaliação);
- e) Encaminhamento Metodológico: é a descrição detalhada dos procedimentos utilizados no desenvolvimento da aula, no qual deve articular conteúdos recursos e metodologias.
- f) Recursos Didáticos: deve elencar os recursos e materiais de apoio necessários para o desenvolvimento da aula. Avaliação (Critérios e Instrumentos):
- g) Os critérios representam os objetivos que o professor se propõe a avaliar, a partir dos conteúdos específicos desenvolvidos em sala de aula.
- h) Os instrumentos são as ferramentas utilizadas pelo professor para verificar o que se pretendeu avaliar. São exemplos de instrumentos de avaliação: avaliações escritas objetivas ou descritivas, avaliações orais, relatórios, apresentações de pesquisas, debates, exposições, entre outros.
- l) Referências: são as fontes utilizadas na elaboração da sua aula e as referências de livros, sítios, filmes, entre outros. (PARANÁ, 2015).

As orientações que subsidiam o documento Orientador da Proposta Pedagógica Curricular (2016) elaborada pela mantenedora são de suma importância, entretanto, é bom lembrar que elas foram construídas durante a

implantação das Salas de Aceleração de Estudos, ou seja, no período da implantação do Programa elas ainda não estavam vigorando. Percebe-se, portanto, que na luta contra o problema do combate ao fracasso escolar há muitas dificuldades na concretização da ação.

Segundo Saviani (1991, citado por Sampaio, 2000), há necessidade de se ultrapassar o entendimento dos problemas educacionais e de aprendizagem como mero reflexo dos problemas sociais: "O que me parece necessário atingir é o entendimento de que a determinação da sociedade sobre a educação não retira da educação a margem de autonomia para retroagir sobre o funcionamento da própria sociedade"⁵. Neste ínterim parte-se do entendimento que diante dos reflexos dos problemas sociais no país a escola não pode ser neutra e precisa enfrentar os problemas a partir de ações como forma de cumprir o seu papel social.

A autora Sampaio (2000) ao referir-se ao espaço que existe para se enfrentar os problemas educacionais no âmbito da educação e da própria escola, afirma que reprovação e evasão são problemas sociais, entretanto ela ressalta que no âmbito das políticas educacionais: são pedagógicos, pois têm relação com a forma como o trabalho pedagógico se organiza; reorganiza. A autora lembra a necessidade de fortalecimento da ação pedagógica no interior da escola, porém ela destaca que a rotatividade de professores em virtude dos baixos salários oferecidos, a ausência de formação adequada e a falta de clareza em relação ao Programa de Aceleração de Estudos, delimita as dimensões da intervenção pedagógica necessárias. E ainda segundo a autora, a intencionalidade da ação não pode ser entendida para acelerar ou descongestionar o fluxo dos alunos por ano, nem tanto como economia de recursos, pois o problema não se soluciona por aceleração de escolaridade ou redução de conteúdos de ensino em um ano letivo. A autora ressalta a necessidade de clareza em relação a oferta de recuperação dos conteúdos, não entendida como repetição dos assuntos não assimilados em anos anteriores, como se assim fossem sanadas as dificuldades acumuladas.

⁵ (SAVIANI, 1991, Notas para uma releitura da Pedagogia Histórico-Crítica)

O que se pode de fato transformar com os programas de aceleração de estudos é a proposta pedagógica, modificando e enriquecendo as situações de aprendizagem, concebendo uma modalidade diversa de atendimento que ofereça novas possibilidades de relação com o conhecimento escolar e, com isso, permita aos alunos mal sucedidos reintegrar-se ao percurso comum com chances de sucesso para a promoção da aprendizagem efetiva. As classes de aceleração podem ser entendidas como rota alternativa e provisória para pôr em marcha as possibilidades desses alunos, alavancar seu processo de aprendizagem e permitir sua reinserção no percurso regular. (SAMPAIO, 2000, p.61)

Dentro desta perspectiva, a autora Sampaio (2000) destaca que o currículo escolar precisa ter centralidade nessa discussão, pois de acordo com as teorias críticas o conhecimento selecionado e transmitido na escola não pode estar dissociado da prática social, senão acabará excluindo os alunos das classes populares em virtude das relações de poder que organizam a vida social e que omite os conflitos sociais e a voz dos grupos, favorecendo desta forma para a manutenção da seletividade escolar e da exclusão social, pois tais apontamentos não favorecem a aprendizagem dos alunos.

Trata-se de pesquisa qualitativa. O universo da pesquisa teve como base três Escolas da Rede Pública Estadual do Paraná. Para preservar os sujeitos da pesquisa serão utilizados os dados denominando as Escolas como Escolas: A, B e C. A escola “A” foi a primeira escola pesquisada e está localizada em Curitiba e foi onde a pesquisadora trabalhou com a turma de aceleração no ano de 2015. A escola “A” oferece Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio e conta com aproximadamente 1900 alunos os quais estão divididos em três turnos: Manhã, Tarde e Noite. O Corpo Docente é composto por aproximadamente 100 Professores, 08 Pedagogos 01 Diretor Geral e 03 Diretores Auxiliares e 40 funcionários aproximadamente. No turno da Manhã há em média 730 alunos os quais estão distribuídos em vinte turmas sendo Quatro turmas de 3º Ano – Cinco turmas de 2º Ano – Seis turmas de 1º Ano - Quatro turmas de - 9º Ano Ensino Fundamental e uma turma de 8º Ano - Aceleração de Estudos.

De acordo com dados fornecidos pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná a escola “B” conta com 728 .alunos matriculados no Ensino Fundamental aproximadamente 203 alunos matriculados no Ensino Médio, além de mais 114

alunos matriculados em atividades complementares ela foi a segunda escola pesquisada e está localizada no município de Curitiba-PR.

A terceira escola denominada como escola “C” pertence ao Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana Sul e está localizada na cidade de São José dos Pinhais – PR . A escola conta com 917 .alunos matriculados no Ensino Fundamental aproximadamente 428 alunos matriculados no Ensino Médio, 130 alunos matriculados na modalidade Ensino de Jovens e Adultos - EJA, 15 alunos matriculados em Atendimento Educacional Especializado e 51 alunos matriculados em atividades complementares de acordo com dados fornecidos pelo Secretaria de Educação do Estado do Paraná.

O critério da escolha das escolas ocorreu em virtude das mesmas terem oferecido no ano de 2015, atendimento de turma de Aceleração de Estudos de 8º Ano do Ensino Fundamental . Como as escolas pertencem a Núcleos de Educação diferentes a pesquisa buscou fazer um comparativo da visão dos educadores em relação a implantação do programa avaliando os aspectos positivos e as dificuldades encontradas. Para isso foi aplicado questionários, foram feitos contatos telefônicos e visitas, além de troca de e-mails com os sujeitos envolvidos na ação como forma de agilizar os encontros, ficando estabelecido um prazo para o retorno dos questionários. As pedagogas das escolas se comprometeram a imprimir os questionários e aplicá-los junto aos docentes, assim como elas mesmas também responderam enquanto equipe pedagógica, o questionário. Em num segundo momento houve o retornado à escola para recolher o material.

Na sequência apresentamos quadros com dados coletados na pesquisa.

Quadro 4 - Dados da Escola "A"

ESCOLA (A)	NOTA DO IDEB	EXPERIÊNCIAS ANTERIORES DO DOCENTE	QUANTIDADE DE ALUNOS INSERIDOS NA TURMA	ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS	OFERECIMENTO FORMAÇÃO CONTINUADA	Resultados
EQUIPE PEDAGÓGICA	4,1	Não	21	É uma Política Pública de enfrentamento contra o fracasso escolar.	Faltou orientação técnica na implementação do PAE	As oficinas oferecidas a pedagogos e professores ocorreram no segundo semestre letivo no mês de Agosto 2015	5 Desistentes 15 Aprovados no 1º Ano Ensino Médio
MATEMÁTICA		Não		Programa beneficia alunos fora da idade/ano Troca de experiência entre os docentes.	Falta de acompanhamento Técnico Pedagógico as escolas falta de discussão na implementação do PAE	A capacitação chegou após o início do Programa	
HISTÓRIA		Sim		A mesma faixa etária; Os mesmos objetivos para todos; Um olhar diferenciado; Nova metodologia. Não Teve dificuldade em virtude das experiências anteriores em 1999 Correção de Fluxo e 06 anos com EJA.	Não houve.	Não foi oferecida, mas valeu as experiências anteriores.	
GEOGRAFIA		Sim		O resgate de conteúdos desenvolvido com número reduzido de alunos em sala.	Situações indisciplinadas, Defasagem de Aprendizagem. Envolvimento dos alunos em situações de risco para a violência.	Teve suporte pedagógico. Expectativas que continue o PAE	

Fonte: Pedagogas de Escolas Públicas do Estado do Paraná.

Na Escola "A" a professora de Língua Portuguesa e o professor de Educação Física não responderam o questionário e os professores das demais disciplinas (Inglês, Artes, Ciências) que atenderam a turma no ano anterior eram contratados em regime de Processo Seletivo Simplificado (PSS) e não se encontram mais na escola este ano, portanto tivemos o retorno de apenas 03 professores e da pedagoga.

Quadro 5 - Dados da Escola “B”

ESCOLA (B)	NOTA DO IDEB	EXPERIÊNCIAS ANTERIORES DO DOCENTE	QUANTIDADE DE ALUNOS INSERIDOS NA TURMA	ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS	OFERECIMENTO FORMAÇÃO CONTINUADA	Resultados
EQUIPE PEDAGÓGICA	4,2	Não	20 alunos	Os alunos conseguiram recuperar o tempo de suas vidas, vencendo o problema de defasagem de idade/ano. Um dos alunos conseguiu ingressar no Ensino Médio do Instituto Federal.	Situação indisciplinadas, desmotivação por parte dos professores que atendiam a turma em decorrência do perfil das turmas.	Não, o suficiente.	2- desistentes 18 – 1º Ano Ensino Médio
MATEMÁTICA		Não		-	Falta de comprometimento das famílias em acompanhar o processo ensino aprendizagem	Sim, porém não foi possível aplicar intervenção diferenciada em virtude da indisciplina.	
LÍNGUA PORTUGUESA		Não		Concluir 8º e 9º ano em um único ano.	Imaturidade dos alunos em relação a PAE, Indisciplina e desinteresse	Não, a informação obtida é que os alunos teriam que passar de ano independente de avançar na aprendizagem.	

Fonte: Pedagogas de Escolas Públicas do Estado do Paraná.

Apenas os professores da disciplina Língua Portuguesa e da disciplina de Matemática responderam os questionários e os demais professores das disciplinas (Geografia, História, Educação Física, Inglês, Artes, Ciências) não responderam, alguns por não estarem presentes na escola neste ano, outros não manifestaram interesse em responder. Participou da pesquisa também a pedagoga que atendeu a turma de Aceleração de Estudos no ano de 2015 .

Quadro 6 - Dados da Escola “C”

ESCOLA (C)	NOTA DO IDEB	EXPERIÊNCIAS ANTERIORES DO DOCENTE	QUANTIDADE DE ALUNOS	ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS	OFERECIMENTO FORMAÇÃO CONTINUADA	Resultados
EQUIPE PEDAGÓGICA	3,2	Não	20 alunos	A proposta é boa, porém não foi bem implantada.	Defasagem de conteúdos dos alunos e desinteresse. Dos 16 alunos inseridos, 01 foi reprovado, 01 foi para o 9º ano e 14 foram para o Ensino Médio.	Não foi oferecida de acordo com a necessidade.	1 ALUNO APROVADO NO 9º ano 1 ALUNO reprovado 14-ALUNOS Aprovados no 1º ano Ensino Médio 4 evasões
LÍNGUA PORTUGUESA		Não		Nenhum	A sala foi composta por alunos muitos com necessidades especiais e os demais não tinham interesse na aprendizagem	As pessoas que ofereceram capacitação no NRE não estavam aptas para a função.	
ARTE		Sim		A professora já possuía experiência em trabalhar com esta clientela; Maior contato com particularidades dos alunos por ser uma turma menor; estratégia diferenciadas nas intervenções.	Diferença entre idades, situações de indisciplina; Envolvimento dos alunos em situações de risco; Defasagem de conteúdo.	Não houve. Acredita que a visão do PAE no papel é viável, porém na prática sem assessoramento na implantação do programa torna-se difícil.	
CIÊNCIAS		Não		Oportunidade de desenvolver trabalho diferenciado por ser uma turma menor	Constrangimento dos alunos do PAE em relação as demais turmas e a escola não está preparada para atender esta demanda. Antagonismo entre Teoria e Prática. A turma do PAE está longe de ser ideal; Falta debate;	Parcialmente.	

Fonte: Pedagogas de Escolas Públicas do Estado do Paraná.

Participaram da pesquisa três professores das disciplinas Língua Portuguesa, Arte e Ciências e um representante da equipe pedagógica. Os demais professores das disciplinas (Matemática, Geografia, História, Educação Física, Inglês) não responderam alguns por não estarem mais presentes na escola, outros não terem interesse em participar da pesquisa.

Os resultados foram apresentados de forma descritiva, por meio de tabelas com vistas a ilustrarem mais claramente as respostas. Ao questionar os Aspectos Positivos em relação à implantação do programa de Aceleração de Estudos, as respostas separadas por escola assim ficou indicada:

A escola “A” apresentou as seguintes respostas:

“Benefício do programa aos alunos fora da idade/série; “

“A importância de se trabalhar com alunos com defasagem de aprendizagem na mesma faixa etária onde pode ser desenvolvido trabalhos a partir de objetivos comuns com olhar diferenciado adotando novas metodologias; “

“Foi ressaltado a importância do resgate de conteúdos desenvolvendo trabalho com número reduzido de alunos em sala;”

“Importância de serem oportunizados momentos destinados a troca de experiência entre os docentes.”

“A viabilidade do PAE”

“O PAE deu certo na escola em virtude das experiências anteriores dos professores.”

A escola “B” apontou os Pontos Positivos:

“Que os alunos conseguiram recuperar o tempo de suas vidas, vencendo o problema de defasagem de idade/série, sendo que um dos alunos inseridos na turma do PAE conseguiu ingressar no Ensino Médio do Instituto Federal. “

“A importância de se concluir 8º e 9º ano em um único ano.”

A escola “C” apontou os Pontos Positivos:

“A proposta do PAE em si é boa, porém sua implantação não foi solidificada;”

“Oportunidade de desenvolver trabalho diferenciado por ser uma turma menor;”

“Maior contato com particularidades dos alunos por ser uma turma menor;”

“Possibilidades de desenvolver Estratégias diferenciadas nas intervenções.”

“Um dos docentes afirma não ver nenhum ponto positivo em relação à implantação do PAE.”

De acordo com as respostas dos participantes, exceto um professor considera não haver nenhum ponto positivo em relação à implantação do Programa, os demais de modo geral concordam na viabilidade de implantação do programa e apontaram pontos positivos. A autora Sampaio, contribui ao afirmar,

Que quando a Proposta Pedagógica possibilita enriquecimento das situações de aprendizagem, concebe uma modalidade diversa de atendimento que oferece novas possibilidades de relação com o

conhecimento escolar e, com isso, permite-se aos alunos mal sucedidos reintegrar-se ao percurso comum com chances de sucesso para a promoção da aprendizagem efetiva. (SAMPAIO, 2000, p,61).

Percebe-se, quando se propõe oferecer uso de metodologias diferenciadas existe há possibilidade do avanço na aprendizagem dos educandos o que segundo o relato de alguns docentes que tiveram esta experiência os resultados foram positivos em relação a aprendizagem .

Quanto aos aspectos negativos na implantação do Programa de Aceleração de Estudos:

A escola "A" apontou os seguintes pontos:

“ Inclusão de alunos com laudos “

“ Falta de acompanhamento Técnico Pedagógico às escolas;”

“ Falta de discussão na implementação do PAE; “

“ Muitos problemas em relação a situações indisciplinadas dos alunos inseridos nas turmas de Aceleração de Estudos o que prejudicou a intervenção dos professores; Os alunos apresentavam muita defasagem de aprendizagem; “

“ Envolvimento dos alunos em situações de risco para a violência.”

A escola “B” apontou os seguintes aspectos:

“Muita situação indisciplinadas por parte dos alunos do PAE;”

“Desmotivação por parte dos professores que atendiam a turma em decorrência do perfil dos alunos inseridos no programa;”

“Falta de comprometimento das famílias em acompanhar o processo ensino aprendizagem”

“Imaturidade dos alunos e desinteresse dos mesmos em relação ao PAE.”

“A orientação era que os alunos teriam que passar de ano independente de avançar na aprendizagem.”

A escola “C” apontou os seguintes pontos:

“Os alunos apresentavam desinteresse pela aprendizagem”

“ Inclusão de alunos com laudos “

“A sala foi composta por muitos alunos com laudos de necessidades especiais;”

“Diferença entre idades”

“Muitas situações de indisciplinada;”

“Envolvimento de alguns alunos em situações de risco;”

“Defasagem de conteúdo de modo geral dos alunos inseridos na turma.”

“Constrangimento dos alunos do PAE em relação às demais turmas, pois a escola não está preparada para atender esta clientela.”

“A turma do PAE está longe de ser ideal, pois falta debate na implantação do PAE”

“Antagonismo entre Teoria e Prática.”

Foram apontados pelos educadores diversos aspectos negativos nas três escolas pesquisadas, dentre estes destacamos a situação mencionada de inclusão de alunos com laudos, o que de acordo com os professores que, participaram da pesquisa, agravou a situação em relação ao atendimento das turmas, em virtude de se incluir estes alunos no Programa, pois além das dificuldades de aprendizagem da turma como um todo ainda existia a situação das particularidades dos alunos com laudos. A Secretaria Estadual não contempla estes alunos com atendimentos diferenciados no oferecimento de professor de apoio especializado contínuo em sala aula de acordo com a Instrução da Secretaria e Educação do Estado

Será assegurado o Professor de Apoio em Sala de Aula a alunos da área dos Transtornos Globais do Desenvolvimento que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas, na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nessa definição alunos com Autismo clássico, Síndrome de Asperger, Síndrome de Rett, Transtorno Desintegrativo da Infância (psicoses) e Transtorno Invasivo sem outra especificação, que apresentam dificuldades de adaptação escolar e de aprendizagem, associados ou não à limitações no processo do desenvolvimento biopsicossocial que requeiram atendimento educacional especializado intensos e contínuos, com acompanhamento nas atividades escolares em classe comum.(SUED/SEED /2010).

Portanto, quando os professores comentaram da dificuldade de se trabalhar com os alunos do Programa de Aceleração de Estudos dá para compreender as angústias destes docentes, pois duas das escolas pesquisadas informaram que possuíam 03 alunos de inclusão na classe de Aceleração, a maioria com laudos de Transtornos de Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH. Na escola “A” além dos dois alunos com TDAH o terceiro aluno apresentava laudo de Deficiência Intelectual Leve. O que de acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos de 2006, ao definir os alunos com necessidades especial explica:

Considera-se educandos com necessidades educacionais especiais na área de condutas típicas aqueles que apresentam dificuldades na adaptação

escolar, associadas ou não a limitações no processo de desenvolvimento, que dificultam o acompanhamento das atividades curriculares.

Esses alunos, geralmente, não apresentam comprometimento ou atraso intelectual, mas vivencia com enorme dificuldade em se adaptar ao contexto familiar, escolar e comunitário.(...).

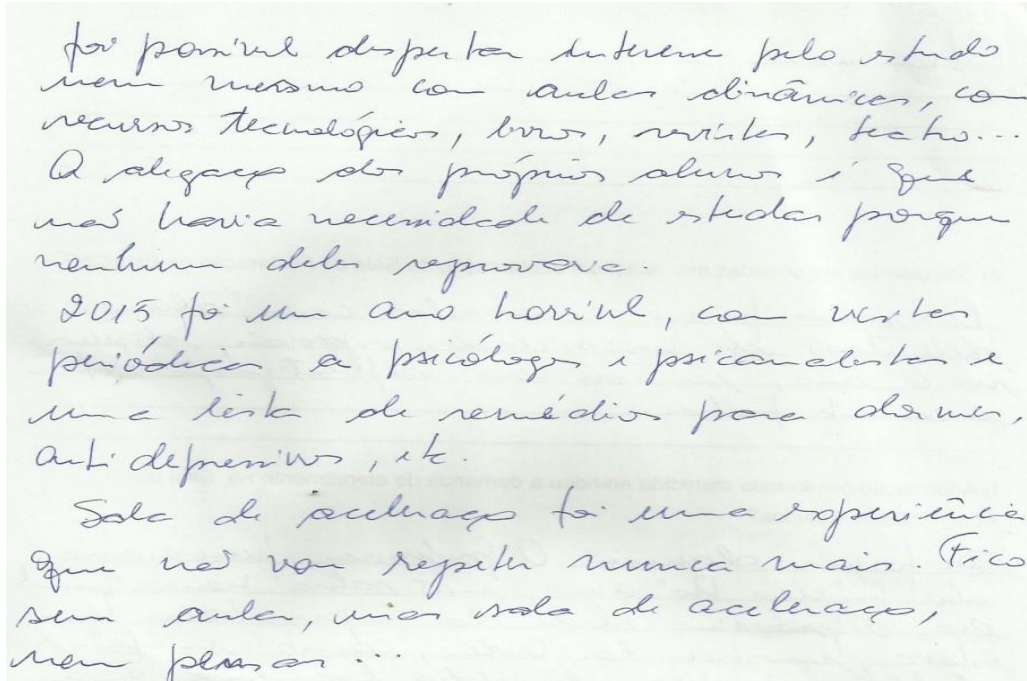
Nos quadros neurológicos, o educando pode apresentar como principal conduta a falta de atenção e a hiperatividade. No geral, o aluno apresenta dificuldade em uma ou várias áreas, tais como: permanecer sentado e concentrado nas atividades, mesmo a pedido do professor, pois se distrai com muita facilidade, fala excessivamente durante a aula, além da pouca noção de perigo. Não cuida adequadamente do material escolar. (PARANÁ, 2006, p. 01).

A partir de janeiro de 2008, no documento elaborado pelo MEC intitulado “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” há uma mudança na classificação do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, agora denominado Transtorno Funcional Específico.

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu público alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que aplicam transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos.(...) Dentre os transtornos funcionais específicos estão: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros. (BRASIL, 2008, p. 15).

De acordo com o relato de uma das professoras que participou da pesquisa ao longo do ano letivo, ela precisou recorrer a medicamentos, pois não tinha condições físicas e psicológicas para dar continuidade ao trabalho, por conta das dificuldades que ela encontrou ao longo do ano letivo, em virtude clientela diversificada do Programa. A professora chegou a ligar para a professora pesquisadora pedindo que “Não implantasse em sua escola o Programa de Aceleração de Estudos em virtude da experiência negativa pela qual ela havia passado.

Na sequência apresentamos o recorte do relato da professora que respondeu ao questionário aplicado, onde podemos observar indignação em relação ao programa.



Fonte: professora da rede estadual de Curitiba

Diante do desabafo da professora da Escola “C”, a respeito dos problemas de saúde que a ela enfrentou ao longo do ano letivo, percebe-se há possibilidade de se desenvolver a síndrome de Burnout que é de acordo com a Unidade Intermediária de Crise e Apoio Vida⁶ - Grupo Marista, é a doença do esgotamento profissional que se desenvolve a partir de um estado de tensão emocional e estresse crônico provocado por condições de trabalho desgastantes.

As 03 escolas relataram como pontos negativos as situações indisciplinadas envolvendo os alunos, o envolvimento dos alunos em situações de risco para a violência, defasagem de conteúdos dos alunos inseridos nas turmas e o desinteresse do alunos em relação a aprendizagem.

Tais pontos apontados pelos professores já haviam sido colocados inicialmente na pesquisa, pois com as mudanças da sociedade contemporânea os alunos também mudaram seu perfil, em decorrência de vários fatores preponderantes a exemplo da longa jornada de trabalho dos pais ou responsáveis, o acesso a diversas mídias tais como celular, computador e televisão, etc. Percebe-se

⁶ Matéria jornal esgotamento é maior no final do ano com a pressão e 'metas disponível: <http://www.tribunapr.com.br/arquivo/mulher/esgotamento-e-maior-no-final-do-ano-com-a-pressao-e-metas/>

que muitos dos adolescentes que não têm acompanhamento dos adultos e ficam expostos a ociosidade, tornam-se vulneráveis ao envolvimento em situações de risco e um dos sinais percebidos na escola é a perda do interesse dos estudos. Outra situação observada de acordo com a vivência em sala de aula é que os alunos que apresentam problemas familiares, tendem a refletir comportamento agressivo na comunidade escolar.

Em relação à falta de discussão na implantação do Programa é apontado a desmotivação dos docentes em virtude do desinteresse dos alunos inseridos nas turmas de Aceleração de Estudos. De acordo com Sampaio (2000) conceber o Programa de Aceleração de Estudos sem analisar o impacto de sua implantação pode comprometer a proposta em si, pois há a necessidade de fortalecimento da ação pedagógica no interior da escola, mas com a rotatividade de professores em virtude dos baixos salários oferecidos, a ausência de formação adequada e a falta de clareza em relação ao Programa de Aceleração de Estudos não explicitando o que se pretende por meio das classes de aceleração se torna difícil delimitar as dimensões da intervenção pedagógica necessárias, pois se a intencionalidade for simplesmente acelerar para descongestionar o fluxo dos alunos por ano, reduzindo os índices de fracasso e economia de recursos o resultado será ineficaz. Portanto, diversos fatores podem enfraquecer a implantação do programa dentre esses fatores a rotatividade de professores, seja por substituição ou transferência ao longo do ano letivo prejudicam o andamento do programa. Percebeu-se ao longo da pesquisa que os professores que tinham experiências há mais tempo com programas parecidos obtiveram melhores resultados em relação ao processo ensino aprendizagem e inclusive estes docentes entrevistados defenderam a implantação do programa.

Dentro da possibilidade de viabilidade do fortalecimento do programa uma alternativa utilizada pela professora pesquisadora foi o desenvolvimento da formação cidadã dos alunos a partir de promoção de palestras com problemáticas sobre: Violência; Direitos do cidadão, Gravidez na adolescência; Prevenção ao uso de drogas, envolvendo alunos e famílias no intuito de concretização do trabalho coletivo, pois quando há participação da comunidade escolar há possibilidade de se fortalecer os vínculos com escola. Na escola "A" a professora pesquisadora desenvolveu parcerias com a Unidade de Saúde local e também com o Centro

Universitário Uniandrade, e estes parceiros desenvolveram palestras dentro dos temas: Gravidez na adolescência; Prevenção ao uso de drogas, Prevenção a doenças sexualmente transmissíveis, o trabalho trouxe resultados positivos, pois os alunos demonstraram interesse na participação do projeto.

Ao questionar se foi oferecido formação continuada aos docentes e equipe pedagógica os dados coletados foram os seguintes.

A escola “A” apresentou os seguintes dados:

“A capacitação chegou após o início do Programa, sendo que as oficinas oferecidas a pedagogos e professores ocorreram no segundo semestre letivo no mês de Agosto 2015 precisamente;“

“A capacitação chegou após o início do Programa”

“Não foi oferecida, mas valeu as experiências anteriores.”

“Um dos docentes afirma que teve suporte pedagógico e outro tem expectativas em dar continuidade ao Programa . “

A escola “B” levantou os seguintes pontos:

“Não foi oferecida o suficiente para a implantação do Programa”.

“Apesar de ter sido oferecida parcialmente não era possível aplicar intervenção diferenciada em virtude das situações indisciplinadas da turma. “

“Um dos docentes afirma que não recebeu nenhuma formação continuada para atuar durante ano letivo no Programa de Aceleração de Estudos.”

A escola “C” levantou os seguintes dados:

“Não foi oferecida de acordo com a necessidade da implantação do Programa”

“As pessoas que estavam oferecendo a capacitação no Núcleo Regional de Educação não estavam aptas para a função, pois não tinham muita clareza em relação a implantação do programa.”

Conforme as respostas apontadas nas três escolas em relação ao oferecimento de capacitação pela mantenedora conclui-se que houve demora na oferta e houve docentes que afirmam não terem participado de nenhuma capacitação ao longo do ano letivo. Um dos docentes afirmou ainda, que faltou clareza por parte do Núcleo Regional de Educação na hora de planejar e oferecer capacitação aos docentes que atendiam as turmas do Programa. Segundo Sampaio (2000) para alcançar resultados satisfatórios no PAE é imprescindível se buscar a direção central da intervenção sobre o processo ensino-aprendizagem; partindo da seleção cuidadosa de conteúdos de ensino do currículo do Ensino Fundamental; Ainda segundo a autora há a necessidade de discutir as ações com todos os

professores conjuntamente, pois a composição de uma sala de aula com grupos de alunos repetentes, que apresentam dificuldades diferentes nos vários componentes curriculares requer um olhar dos educadores de forma de trabalho diferenciado de maneira que o educando compreenda a realidade e suas contradições, sendo necessário diagnosticar a situação de aprendizagem - para delimitar os pontos de partida, direcionando-os para as aprendizagens que se pretende atingir os pontos de chegada possíveis e desejáveis, servindo como horizontes de aproximação e norte ao trabalho docente, cabendo aos professores o domínio do conteúdo e da concepção de cada disciplina do currículo que torna possível desenhar os pontos de chegada e assim se estabelece um caminho de continuidade de estudos para os alunos, possível de percorrer; Oferecimento de um programa de formação e apoio aos professores, além de auxílio pelos gestores na preparação de materiais de apoio, que possam subsidiar a atuação do professor. Tais situações fortalecem a ação pedagógica.

Os resultados de aprovação dos alunos inseridos nas turmas do Programa de Aceleração de Estudos das Escolas (A e C) 70% dos alunos avançaram para 1º ano do Ensino Médio . E na escola “C” houve uma reprovação e um aluno foi aprovado para o 9º Ano do Ensino Fundamental por não ter em condições de acompanhar o Ensino Médio.

A escola “B” apresentou melhores resultados: Menor número de reprovação e evasão escolar ou seja 90% dos alunos foram aprovados para o Ensino Médio e dentre estes alunos aprovados um deles foi admitido no Ensino Médio Profissionalizante da Universidade Federal Tecnológica do Paraná.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa foram apresentados dados estatísticos fornecidos pelo governo do estado, onde segundo as informações a taxa de distorção idade/ano no estado, diminuiu no período compreendido entre 2010 – 2013. Mas, até que ponto acelerar o estudo, efetivamente significa o avanço e a reintegração do aluno?

O Programa de Aceleração de Estudos como o próprio nome explica, o propósito é abreviar o tempo escolar ou seja o conteúdo programado para ser concluído em um ano letivo, acaba neste programa concretizado em apenas um semestre letivo. Entretanto quais serão os resultados desta Política Pública implantada no Estado em longo prazo? Pois de acordo com dados obtidos ao longo da pesquisa, houve dificuldade em relação a implantação do PAE, pois a mantenedora na organização do Programa, não discutiu os objetivos previamente com os professores e pedagogos que assumiriam as turmas. Isto implicou na falta de clareza do trabalho a ser realizado e foi mais um importante fator de dificuldade no momento de planejar e definir a atuação em sala de aula. Outro agravante foi a demora na formulação do documento orientador da Proposta Pedagógica Curricular que norteia o programa, uma vez que o mesmo foi implantado sem que o documento que o subsidiaria estivesse pronto. Este documento também não foi apresentado previamente aos maiores interessados: os professores das turmas de aceleração. Não há registro de momentos de formação pedagógica em que os professores e pedagogos discutissem como atuar com os alunos envolvidos no início da implantação do programa. Também não houve momentos coletivos de reflexão para a seleção dos conteúdos que seriam tomados como pré-requisitos para a aprovação ou retenção. Este esforço acabou sendo unicamente da escola. Em relação aos professores e pedagogos participantes do Programa não houve nenhuma forma de seleção, de manifestação de interesse. Com isto professores sem experiência acabaram por assumir as turmas. Muitos deles com contratos temporários de trabalho o que fez com que houvesse muita rotatividade. Além de tudo isso houve também a demora no oferecimento de capacitação específica, que subsidiaria os educadores na intervenções adequadas para promoção da aprendizagem. Constatou-se também que alguns educadores após a capacitação teve resistência em por em prática uso de metodologias diferenciadas que contribuiriam para resultados mais eficazes com as turmas de Aceleração de Estudos. Apesar das dificuldades apontadas muitos alunos que participaram da progressão de estudos foram inseridos nas turmas de 1º Ano do Ensino Médio. Acredita-se que nos próximos anos o trabalho desenvolvido será mais sólido, por se tratar de um tempo maior de experiência com o programa. As escolas que participaram da pesquisa será dado retorno posteriormente e será disponibilizado material de apoio no intuito de contribuir para o fortalecimento da ação pedagógica

Dentre os alunos aprovados, houve um que se destacou ao passar por um processo seletivo tendo êxito ao ingressar nos estudos em nível médio no Instituto Federal do Paraná. Mediante este resultado positivo, há interesse da pesquisadora dar continuidade na pesquisa desenvolvendo estudo de caso para compreender a trajetória escolar deste aluno, analisando quais foram as influências positivas no processo ensino aprendizagem que resultaram no sucesso escolar deste aluno.

Conclui-se, a pesquisa refletindo sobre a importância de transpor preconceitos e mecanismos de seletividade e exclusão, que nos levam a rotular os alunos que apresentam atraso escolar como inaptos, fadados ao insucesso, quando na verdade estes resultados são consequência situação da desigualdade social e das Políticas Públicas aplicadas de forma aleatória.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL (1996) LDB - **Ministério da Educação**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL (2008) - **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** - Disponível:

http://portal.mec.gov.br/index.php?opn=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192 acesso em 22/05/16.

BRASIL (2009). **Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação Básica** - Disponível:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192

BRASIL (2013) **Lei nº 12.796 de 04 de Abril de 2013**, que Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências Leia sempre o original texto disponível:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm

INEP - **Instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira**

– INEP- **o Sistema de Avaliação da Educação Básica** disponível:

<http://portal.inep.gov.br/web/saeb/aneb-e-anresc>

PARANA (2006) **Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos** – Leia sempre o original - Disponível
http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_edespecial.pdf

PARANA (2012) **Caderno de Expectativas** – Disponível:
http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/caderno_expectativas.pdf acesso 08/02/16 às 11:05h

PARANÁ (2015) - **Parecer do Conselho Nacional de Educação/ CP nº 19/2015 aprovado em 20/11/2015** - Autorização de Programa de Aceleração de Estudos – Leia sempre o original – disponível:
http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Pareceres_2015/CP/pa_cp_19_15.pdf - acesso 06/08/16

PARANÁ (2016 A) - **Documento Orientador do Programa de Aceleração de Estudos** – Disponível:
http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/programa_aceleracao_estudos/pae_documento_orientador.pdf. Acesso em: 07/08/2016

PARANÁ (2016 B) - **Programas e Projetos - Programa de Aceleração de Estudos** - PAE –Legislações, Orientações Pedagógicas – Site dia-a-dia-educação - Leia sempre o original – Disponível:
<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1599>. Acesso em: 05/08/16

PARANÁ (2016 C) - **Resolução n.º 1500/2016** – Secretaria Estadual da Educação que autoriza o funcionamento do Programa de Aceleração de Estudos – PAE. Leia sempre o original – disponível:
<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=155282&indice=1&totalRegistros=1200&anoSpan=2016&anoSelecionado=2016&mesSelecionado=0&isPaginado=true> acesso 01/08/16 .

SAMPAIO, MARIA DAS MERCÊS FERREIRA, **Aceleração de Estudos: Uma intervenção pedagógica**, em São Paulo e de Correção de Fluxo, no Paraná, 2000.

SEE/SUED - **Instrução nº 18/2010**- Matriz Curricular para o Ensino Fundamental anos Finais - SEED/SUED E - Leia sempre o original – disponível:
http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes/Instrucao_0182010.pdf

SEE/SUED - **Instrução nº 20/2012**- Matriz Curricular para o Ensino Fundamental anos Finais - SEED/SUED E - Leia sempre o original – disponível:
<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes%202012%20sued%20seed/instrucao202012.pdf>

SEED/SUED - **Instrução nº 14/2014**- Orienta o trabalho para distorção idade/ano nos Anos Finais do Ensino Fundamental - disponível:
<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes2014%20sued%20seed/instrucao0142014seedsued1.pdf>

UOL (2013) **No Brasil, 8,5 milhões de alunos estão atrasados duas séries na escola** , disponível em: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2014/05/19/distorcao-idade-serie-no-brasil-85-milhoes-de-alunos-estao-atrasados-duas-series-na-escola.htm> Acesso, 09/04/16

WEIDLICH PAULA **Esgotamento é maior no final do ano com a pressão e metas** -. Ansiedade e cobrança podem trazer impactos para a saúde física e emocional dos profissionais - Tribuna do Paraná, Curitiba, 16 de dezembro de 2014 – Caderno Mulher disponível: <http://www.tribunapr.com.br/arquivo/mulher/esgotamento-e-maior-no-final-do-ano-com-a-pressao-e-metas/>

APÊNDICE 1

Universidade Federal do Paraná
Núcleo de Políticas Educacionais – Setor de Educação
Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

QUESTIONÁRIO DO (A) PROFESSOR (A)

a) Escola:

b) Nome do Docente e Disciplina que leciona?

c) Aspectos positivos em relação à implantação da Sala de Aceleração de Estudos?

d) Dificuldades encontradas em relação à implantação da Sala de Aceleração de Estudos?

e) A formação continuada oferecida atendeu a demanda de atendimento na Sala de Aceleração de Estudos?

APÊNDICE 2**Universidade Federal do Paraná****Núcleo de Políticas Educacionais – Setor de Educação****Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica****QUESTIONÁRIO APLICADO PARA PEDAGOGOS**

a) Escola:

b) Nome e função do profissional entrevistado:

c) Quantidade de Alunos inseridos na escola?

d) Quantidade de alunos inseridos nas Salas de Aceleração de Estudos?

e) Quantidade de alunos aprovados oriundos da Sala de Aceleração de Estudos?

f) Pontos positivos em relação à implantação da Sala de Aceleração de Estudos?
